

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Introdução:

Este documento tem como finalidade dar transparência ao tratamento de dados pessoais efetuado pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Joinville (Ipreville), inscrito perante o CNPJ sob o nº 01.280.363/0001-90, junto aos seus segurados, aposentados, pensionistas, fornecedores e demais agentes externos à organização.

Dedicamos este documento para explicar de forma simples e objetiva como e quando os dados pessoais dos indivíduos que interagem com o Ipreville são utilizados.

Seus dados pessoais podem ser tratados pelo Ipreville em diversas situações ou para diversas finalidades, apontadas mais adiante. Em todos os casos, são seguidas as regras estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e demais legislações aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à previdência dos servidores públicos.

É importante registrar que nossas práticas de tratamento de dados pessoais podem sofrer alterações, sempre visando aprimorar a experiência de nossos segurados, aposentados e pensionistas, bem como a segurança dos dados. Por esta razão, é importante conferir esta política regularmente para saber quando eventualmente ocorrer alguma alteração desta presente política de privacidade.

Dados Tratados:

A depender da finalidade do respectivo tratamento, diferentes são os dados que o Ipreville precisa acessar, coletar, ou tratar de modo geral. Os dados que podem ser tratados pelo Ipreville no exercício de suas atividades estão detalhados mais adiante no próximo capítulo, indicando-se qual dado é utilizado para cada finalidade respectiva.

Os dados pessoais tratados pelo Ipreville são majoritariamente de servidores públicos do município de Joinville, incluindo servidores ativos, aposentados e pensionistas. Estes dados são coletados diretamente com os próprios servidores, seja pessoalmente, por telefone, e-mail ou aplicativos de mensagens instantâneas, ou recebidos de outros órgãos públicos municipais, como a própria Prefeitura Municipal de Joinville.

Para servidores ativos vinculados à Prefeitura Municipal ou à Câmara de Vereadores, diversos dados funcionais e cadastrais são recebidos diretamente destes órgãos, por meio de sistemas integrados ou transferências periódicas, necessários para o cálculo atuarial e outras atividades previdenciárias essenciais que fazem parte das atribuições legais do Ipreville.

Nos processos de concessão e manutenção de benefícios previdenciários, como aposentadorias e pensões, são requisitados documentos comprobatórios que podem conter dados pessoais adicionais, incluindo, em casos específicos, dados sensíveis para aposentadorias por incapacidade permanente.

Adicionalmente, o Ipreville trata dados de fornecedores, prestadores de serviço e visitantes, sempre no estrito cumprimento de suas funções institucionais e de acordo com as bases legais aplicáveis, conforme detalhado nos capítulos seguintes.

Finalidade:

O tratamento dos seus dados pessoais é necessário basicamente para garantir que o Ipreville possa cumprir sua missão institucional de administrar o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos do município de Joinville, gerindo de forma eficiente os recursos previdenciários, concedendo benefícios aos segurados e seus dependentes, e realizando todas as atividades administrativas necessárias para o funcionamento adequado do Instituto.

De modo geral, o tratamento de seus dados pessoais pelo Instituto, se dá para diversas atividades, como: cálculo atuarial; cadastro de servidores no sistema; concessão, implantação e revisão de aposentadorias e pensões; implantação de

isenção de Imposto de Renda; implantação de pensão alimentícia e dívidas judiciais; registro de falecimentos; gestão de investimentos financeiros; credenciamento de instituições financeiras; aplicação e resgate de recursos; recebimento de contatos e solicitações dos segurados; controle de acesso às instalações; gestão de contratos com terceirizados; emissão de declarações funcionais e certidões de tempo de contribuição; geração de ofícios para o INSS; controle de ponto dos servidores internos; elaboração de pareceres jurídicos; processos licitatórios e gestão de contratos; realização de censo previdenciário e prova de vida; eleições para os conselhos; gestão de patrimônio; e auditoria dos fundos de investimento.

Apenas serão tratados aqueles dados que forem necessários à finalidade às quais se destinaram no momento da coleta. Ou seja, nenhum dado excedente será coletado, mantendo-se apenas o tratamento dos dados essenciais para o atingimento da respectiva finalidade.

Desta forma, destacamos que são utilizados os seguintes dados para o atingimento de cada finalidade acima apontada:

- **Cálculo atuarial:** Para realizar os cálculos atuariais obrigatórios para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do regime previdenciário, conforme exigido pela legislação.
 - Nome, matrícula, data de nascimento, data de óbito (quando aplicável), data de admissão, data de inscrição no RPPS, cargo, sexo, remunerações de contribuição, CPF, RG, endereço, telefone, estado civil, tempo de contribuição.
- **Concessão e implantação de benefícios previdenciários:** Para processar a concessão de aposentadorias e pensões, implantar os benefícios na folha de pagamento e garantir direitos previdenciários dos segurados.
 - Nome, CPF, RG, data de admissão, data de nascimento, matrícula, sexo, tempo de contribuição, tempo de serviço público, tempo de carreira, último cargo, data da concessão, base legal para concessão, remunerações de contribuição, valor do benefício, laudos médicos periciais, histórico de afastamentos, histórico funcional, informações de benefícios previdenciários caso a pessoa receba de outro órgão.

- **Revisão de aposentadoria e pensão:** Para analisar e processar pedidos de revisão e garantir a correção dos valores dos benefícios.
 - Nome, CPF, matrícula, histórico funcional, dados do benefício.
- **Gestão de folha de pagamento:** Para processar pagamentos de benefícios, realizar descontos obrigatórios e cumprir obrigações fiscais.
 - Nome, CPF, matrícula, dados bancários, valores de benefícios e descontos legais.
- **Implantação de isenção de Imposto de Renda:** Para processar isenções tributárias conforme legislação aplicável.
 - Nome, CPF, matrícula, dados do benefício, laudos médicos periciais.
- **Pagamento de pensão alimentícia e cumprimento de decisões judiciais:** Para cumprir determinações judiciais e processar descontos em folha de pagamento.
 - Do segurado: Nome, matrícula, CPF, valor do benefício.
 - Do alimentando ou credor: Nome, CPF, dados bancários, valor ou percentual da pensão.
- **Registro de falecimento:** Para cessar o pagamento de benefícios e iniciar procedimentos para eventual pensão por morte.
 - Nome, CPF, certidão de óbito, data do óbito, laudos médicos periciais (para dependente inválido).
- **Emissão de documentos previdenciários:** Para emitir declarações, certidões de tempo de contribuição e outros documentos solicitados pelos titulares.
 - Nome, CPF, RG, matrícula, dados funcionais, dados do benefício.
- **Censo previdenciário e prova de vida:** Para manter cadastro atualizado dos beneficiários e verificar a manutenção das condições que geram direito ao benefício.
 - Nome, CPF, endereço, telefone, comprovante de residência.
- **Atendimento ao público:** Para identificar o solicitante, registrar demandas, prestar informações e responder solicitações.
 - Nome, CPF, matrícula, e-mail, telefone.

- **Gestão de investimentos:** Para registrar responsáveis por movimentações financeiras e cumprir exigências legais sobre transparência nas aplicações.
 - Nome e CPF dos responsáveis por autorizações no Ipreville.
- **Controle de acesso às dependências:** Para garantir a segurança das instalações e controlar entrada e saída de pessoas.
 - Nome, CPF de visitantes e terceirizados, imagens das câmeras de vigilância.
- **Processos licitatórios e contratos:** Para realizar contratações, formalizar contratos e cumprir legislação de compras públicas.
 - Nome, CPF, RG dos representantes legais de fornecedores.
- **Processos jurídicos e administrativos:** Para elaborar pareceres, responder consultas e defender interesses institucionais em processos.
 - Nome, CPF, matrícula, dados do benefício, demais dados e informações inerentes ao respectivo documento.
- **Controle de jornada de servidores internos:** Para controlar a jornada de trabalho e cumprir legislação trabalhista.
 - Nome, matrícula, registro de horários.
- **Eleições para os conselhos:** Para organizar eleições para membros dos conselhos e garantir participação dos segurados na gestão.
 - Nome, CPF, matrícula, local de trabalho (lotação), dados funcionais, diploma de nível superior e certidão de antecedentes dos candidatos.
- **Aposentadoria por incapacidade permanente:** Para avaliar condições de saúde que geram direito ao benefício, conforme legislação previdenciária.
 - Além dos dados pessoais regulares, dados sensíveis de saúde como laudos médicos e atestados, tratados com medidas adicionais de segurança.

É importante esclarecer que todos os seus dados eventualmente tratados pelo Ipreville somente são tratados para atingir alguma finalidade fundamentada na Lei Geral de Proteção de Dados. São hipóteses legais que sustentam o tratamento de dados pessoais pelo Instituto: o cumprimento de obrigação legal ou regulatória (art. 7º, II); o uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas

públicas (art. 7º, III); o exercício regular de direitos em processo judicial ou administrativo (art. 7º, VI); a execução de contrato (art. 7º, V); o consentimento do titular (art. 7º, I); e, em casos específicos, o legítimo interesse (art. 7º, IX). Este último em casos muito específicos como quando um servidor solicita uma simulação dos valores de sua aposentadoria.

A maior parte do tratamento de dados realizado pelo Ipreville baseia-se no cumprimento de obrigações legais previstas na legislação previdenciária municipal, estadual e federal.

Caso haja alguma dúvida sobre o porquê qualquer dado pessoal seu foi solicitado ou tratado pelo Ipreville, ou qual o fundamento legal para tal tratamento, pedimos a gentileza de fazer contato com nosso encarregado, DPO, pelos canais indicados ao final deste documento, solicitando os esclarecimentos que entender pertinentes. O Ipreville estará pronto para lhe prestar todas as informações necessárias ao exercício dos seus direitos garantidos pela Lei Geral de Proteção de Dados.

Cookies, WebBeacons e outras tecnologias

Quando você entrar em nosso site pela primeira vez será solicitada a sua concordância para o tratamento dos seus dados de navegação, ou cookies. Caso haja o consentimento para o uso dos seus cookies, estes servirão para auxiliar no diagnóstico e solução de eventuais problemas técnicos do site ou da navegação, bem como para desenvolver novas melhorias que elevem a qualidade da sua experiência em nossas plataformas. As tecnologias de monitoramento também são usadas para fins estatísticos, sem individualizar o usuário. Em nenhuma hipótese serão utilizados cookies maliciosos, tampouco as informações dos seus cookies serão fornecidas a terceiros ou compartilhadas a qualquer pretexto. Não havendo o seu consentimento, não serão usados seus cookies, porém, estará ciente de que a navegação em nosso site ou aplicativo não irá aproveitar todas suas funcionalidades.

Do compartilhamento das informações

O Ipreville não comercializa dados pessoais de qualquer pessoa, em nenhuma hipótese. Os dados podem ser compartilhados apenas nas seguintes situações:

- Com órgãos públicos municipais, estaduais e federais, para cumprimento de obrigações legais e prestação de informações obrigatórias;
- Em portais de transparência, quando exigido pela legislação de transparência pública e acesso à informação, respeitando-se os princípios de minimização e necessidade;
- Com instituições bancárias, para processamento de pagamentos de benefícios previdenciários aos segurados;
- Com prestadores de serviços contratados para hospedagem em datacenter, cálculos atuariais, manutenção dos sistemas de gestão previdenciária e digitalização de acervo;
- Com empresas especializadas contratadas para a realização do censo previdenciário dentre outros serviços impostos pela legislação.

É importante salientar que todos os prestadores de serviço ou parceiros que possuem acesso aos dados, assim o fazem única e exclusivamente com a finalidade de cumprir o contrato de prestação de serviço respectivo e nos estritos limites da própria prestação do serviço, sempre com o compromisso contratual de seguir as normas de proteção de dados.

Do armazenamento e do período de conservação

Seus dados coletados são armazenados em sistemas e repositórios em nuvem gerenciados atualmente, total ou parcialmente pelo Ipreville, como: sistema de gestão previdenciária, sistema eletrônico de informações, rede local, e-mail institucional, sistema de gestão de contas públicas e, eventualmente, em arquivos físicos, que estão em processo de virtualização. Em alguns casos, também utilizamos serviços de armazenamento em datacenter externo. Importante ressaltar

que mesmo nos casos em que seus dados são armazenados em servidores diferentes, o controle e a responsabilidade sobre os dados armazenados, manipulados e tratados de forma geral pelo Ipreville continuam sendo do Ipreville em conjunto com a respectiva empresa que venha a fazer a operação de tratamento do respectivo dado pessoal.

O período de conservação e armazenamento dos dados varia de acordo com a finalidade para o qual o dado foi coletado ou é armazenado. Como regra geral, seus dados são utilizados durante o período em que se faz necessário à concessão e manutenção dos benefícios previdenciários e demais serviços oferecidos pelo instituto. Após este período, os dados permanecem armazenados para fins de cumprimento de obrigações legais, prestação de contas aos órgãos de controle e proteção de direitos. O período de retenção de cada dado está relacionado principalmente às exigências legais aplicáveis aos regimes próprios de previdência e ao período prescricional das possíveis ações judiciais e processos administrativos eventualmente relacionados.

Da segurança dos dados

São adotadas diversas medidas de segurança, para que seus dados sejam armazenados de maneira segura, cumprindo todas as medidas legais impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados. As medidas de segurança visam, dentre outros, impedir o acesso não autorizado, a destruição, a perda, a alteração, ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito dos seus dados que estejam conosco.

Dos direitos dos titulares

A requisição de qualquer direito envolvendo a Lei Geral de Proteção de Dados, pelo titular, deverá ser feita através do preenchimento de competente formulário (precisamos definir esse formulário), que deverá ser solicitado ao DPO pessoalmente, na sede do Ipreville, ou por e-mail, através do contato indicado mais

adiante. Para a requisição de direitos será necessária a confirmação da sua identidade, por isto, o nosso Encarregado/DPO lhe solicitará alguns dados e documentos.

Os titulares dos dados poderão solicitar exibição, correção de dados inexatos, incompletos ou desatualizados ou anonimização, bloqueio ou exclusão de seus dados, salvo nos casos em que a manutenção dos dados coletados é necessária para preservação de direito e/ou cumprimento de obrigações legais ou contratuais.

Os titulares poderão, a qualquer momento, revogar o consentimento para futura coleta e tratamento de seus dados pessoais. A revogação do consentimento pode inviabilizar parcial ou totalmente a prestação de algum serviço previdenciário, a execução de algum procedimento administrativo, ou a proteção de algum direito do próprio titular.

Havendo a solicitação de exclusão dos dados, o Ipreville eliminará todos os seus dados de todos os nossos bancos de dados, ressalvados aqueles essenciais ao cumprimento de obrigação legal, para atendimento a órgãos reguladores e de controle, para a proteção de direitos do instituto, em eventual demanda judicial ou administrativa, ou ainda, para fins de auditoria e prestação de contas aos órgãos fiscalizadores dos regimes próprios de previdência social.

Não serão excluídos dados pessoais tratados com base legal diversa do consentimento, como por exemplo o cumprimento de obrigação legal prevista na legislação previdenciária, na execução de política pública ou no exercício regular de direitos em processo administrativo ou judicial. (destacar o texto)

Mudanças na política de privacidade e coleta de dados

Nossa política de privacidade está em constante aperfeiçoamento e melhoria, por isso nos reservamos no direito de modificá-la a qualquer momento, sem prévio aviso. Para ter conhecimento das modificações, recomendamos que você visite nossa página periodicamente.

Disposições Gerais

Se você tem qualquer questionamento sobre esta Política de Privacidade, sobre como nós manipulamos seus dados pessoais, gostaria de exercer algum de seus direitos previstos na LGPD, ou em caso de violação, não conformidade ou qualquer irregularidade relacionada à operação com dados pessoais, efetuadas por nós ou nossos parceiros/fornecedores, poderá ser feita através do preenchimento de competente formulário ao nosso Encarregado pelo tratamento de dados pessoais (DPO), Hélio Lunelli, através do e-mail dpo@ipreville.sc.gov.br.